



ATA Nº 221 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Ata de reunião realizada na sede do PREVIGUABA, ao dia 30 do mês de outubro de 2018, as 15:30 hs. Dado início a reunião, com a palavra a Sra. Rosana Aparecida Rodrigues Alves - Presidente do Comitê de Investimento agradece a presença de todos. Definido o resultado da eleição presidencial em segundo turno, agora é chegado o momento de se aguardar a composição do novo governo, principalmente a da equipe econômica, que deverá ser comandada por Paulo Guedes, economista, banqueiro e investidor. Desafios para o novo governo é o que menos falta. Externamente, a conjuntura é desafiadora, na medida em que o avanço da economia norte-americana e a robustez do seu mercado de trabalho têm exigido do FED a normalização da política monetária, que durante anos teve as taxas de juros em suas mínimas históricas. Quando isso acontece, a liquidez global se reduz e dificulta sobremaneira a vida daquelas economias dependentes do fluxo de capital externo. Mesmo com as nossas contas externas em ordem, isso acaba por afetar o mercado local. Internamente, com um novo Congresso, o maior desafio será o de promover as reformas necessárias, inclusive a da previdência, reduzir os gastos públicos, estimular a atividade econômica e as privatizações e reduzir o elevado desemprego. Mas tudo começa com a definição da equipe de governo, vamos aguardar. Em relação à economia brasileira, o IPC-S, depois de ter subido 0,52% na segunda quadrissemana de outubro, acelerou para 0,54% na terceira. Já o IPCA-15 de outubro foi o mais alto para o mês, desde 2015, ao subir 0,58%. Para a bolsa brasileira, foi outra semana de alta, com o Ibovespa avançando 1,78%. Nesta semana, na zona do euro, teremos a divulgação da prévia do PIB do terceiro trimestre de 2018, da taxa de desemprego em setembro e da prévia da inflação do consumidor em outubro. Teremos a divulgação dos dados parciais de inflação, da taxa de desemprego e da produção industrial em setembro e nova reunião do Copom para deliberar sobre a política monetária. Teremos nova reunião do Copom, em que a taxa Selic deve ser mantida e talvez a divulgação de alguns nomes da futura equipe do novo presidente eleito. Em relação à alocação dos recursos financeiros dos RPPS, aconselhamos, por enquanto, a manutenção de 15% na exposição aos fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção, enquanto não estiver resolvida a disputa eleitoral, bem como a formação de um novo governo. Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendamos uma exposição de 30% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's a alocação sugerida é de 25%. Permanece a recomendação de

selon

que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo). Quanto à renda variável, continuamos a recomendar a exposição máxima de 30%, também por conta da melhora da atividade econômica neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais suprem a meta atuarial. Dessa forma, mantivemos em 10% a sugestão de alocação em fundos multimercado e reduzimos de 5% para 2,5% a alocação em FII e FIP, respectivamente, dada a pouca disponibilidade de produtos no mercado. Em compensação e tendo-se em vista o potencial de valorização do segmento com a eleição de candidato pró-mercado elevamos a recomendação do investimento em ações de 10% para 15%. Para aqueles clientes que já contam com investimento de 5% tanto em FII, quanto em FIP, recomendamos que o teto de investimento em ações se mantenha em 10%. Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Nada mais havendo a tratar eu Vanessa da Silva Ferreira dos Santos, lavrei e assino a presente Ata juntamente com os demais presentes que assim quiseram assinar, Iguaba Grande/RJ, 30 de outubro de 2018.

Rosana Aparecida Rodrigues Alves - Presidente do Comitê de Investimento.



Vanessa da Silva Ferreira dos Santos – Secretária



Victor Medeiros Mendes da Silva – Membro



Rogério Maia Vieira – Membro



Allan Simonaci – Membro

